

Flávio Azevedo Marques de Saes\*

**A HISTORIOGRAFIA ECONÔMICA BRASILEIRA:  
DOS PIONEIROS ÀS TENDÊNCIAS RECENTES DA PESQUISA EM  
HISTÓRIA ECONÔMICA DO BRASIL**

**Resumo:** O presente artigo tem por objetivo uma abordagem, ao mesmo tempo, analítica e crítica das *Considérations sur la France* (1797), a famosa obra de Joseph de Maistre na qual a visão providencialista da história sustentada pelo autor fundamenta uma severa condenação do movimento revolucionário, assim como o anúncio do sucesso inevitável da contra-revolução.

**Abstract:** This article's objective is to offer an approach, both analytical and critical of the *Considerations sur la France* (1797), the famous work by Joseph de Maistre, in which the author's providentialist view of history serves as a basis for a severe condemnation of the revolutionary movement and for the announcement of the unavoidable success of the counter-revolution.

**Palavras-chave:** Joseph de Maistre, revolução francesa, contra-revolução.

**Keywords:** Joseph de Maistre, French revolution, counter-revolution.

A tentativa de estabelecer a abrangência da historiografia econômica brasileira envolve certa dificuldade. Antes de mais nada, a própria definição de História Econômica, dado o caráter multi ou interdisciplinar implícito em seu próprio nome, já conduz a divergências. Alguns dirão de que não há uma história estritamente econômica já que o fato social é global. Isolar o econômico pode ser um procedimento analítico plausível, porém não permite afirmar sua autonomia diante da totalidade do fato social. No pólo oposto, alguns economistas podem afirmar que a história econômica consiste na aplicação da teoria econômica e dos métodos econométricos aos fatos do passado. Neste caso, prevaleceria a universalidade da teoria econômica sobre a particularidade do fato histórico. Desse modo, é

---

\* Professor Titular aposentado da FEA/USP- Departamento de Economia.

possível encontrar as mais diversas definições de História Econômica. Apenas para ilustrar, pinçamos, ao acaso, algumas dessas definições. Para Asa Briggs, por exemplo, “A História Econômica é o estudo da rede de relações econômicas em transformação e dos aspectos econômicos das instituições sociais do passado” (1986, p.553). O prêmio Nobel em Economia, Douglass North, prefere uma definição mais específica: “A História econômica está preocupada de modo bastante amplo com o desempenho das economias no passado” (1968, p.468). Por sua vez, Charles Morazé amplia ao extremo a noção de história econômica (embora não a defina de modo sintético):

A História Econômica, disciplina de base, cujo estudo preliminar é necessário a qualquer explicação humana de História ou de Economia Política, é também uma ampliação no sentido do passado da Sociologia e da Geografia. [...] Relaciona-se com a História Econômica tudo aquilo que possa esclarecer o modo de ser (de viver, de reagir) dos homens do passado, explicar-lhes a origem e ressaltar-lhes as conseqüências. (1959, p.31/2).

Já Francisco Iglesias incorpora a definição de Herbert Heaton de que a história econômica “descreve os esforços que o homem fez ao longo dos séculos para satisfazer suas necessidades materiais” (1959, p.27).

Aqui não se trata de discutir qual a definição correta, mas simplesmente justificar alguma flexibilidade ao selecionarmos as obras a incluir na discussão da historiografia econômica brasileira. História, economia, sociologia, política, urbanismo e outras disciplinas podem dar importantes contribuições para o que entendemos de modo mais estrito como História Econômica. Por outro lado, não temos a menor pretensão de abarcar todas as obras que eventualmente possam ser incluídas nessa historiografia. Trata-se apenas de indicar as principais vertentes interpretativas e as linhas de pesquisa mais ativas a fim de identificar as grandes questões que a historiografia econômica se propôs e o estágio atual da pesquisa na disciplina.

Se quisermos estabelecer o momento em que surgem as primeiras obras cujos autores as definem como de história econômica do Brasil devemos nos situar nos anos vinte do século passado. Nesses anos foram publicadas: Histórico da Formação Econômica do Brasil de Victor Viana (1922) e Pontos de partida para a História Econômica do Brasil, de

Lemos Brito (1923)<sup>1</sup>. Essas obras têm maior significado como marcos da importância que passou a ser dada à História Econômica do Brasil do que pela influência que deixaram sobre a produção posterior. Não devemos esquecer também *Épocas de Portugal Econômico*, de João Lúcio de Azevedo (1928): embora seu objeto seja a economia portuguesa, vários capítulos são dedicados à economia colonial brasileira, inclusive antecipando a noção de ciclos que terá alguma influência nos estudos de história econômica do Brasil. Igualmente indicativo do interesse por nossa história econômica é a obra do americano J. F. Normano, *Evolução Econômica do Brasil* (publicado em inglês em 1935, com tradução para o português de 1938).

Sem diminuir o significado destas primeiras obras, podemos dizer que o estudo da História Econômica do Brasil tem um marco fundamental no livro de Roberto C. Simonsen, *História Econômica do Brasil (1500-1820)*, publicado em 1936. Engenheiro, industrial, fundador, em 1928, do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, Simonsen tornou-se, nos anos 30, professor de História Econômica do Brasil na Escola de Sociologia e Política de São Paulo (provavelmente, a primeira cadeira de história econômica dos cursos superiores no Brasil). Tanto pela pesquisa de fontes quanto pelo esquema interpretativo que apresenta (em parte inspirado na noção de ciclos já presente em João Lúcio de Azevedo), a obra de Simonsen destaca-se entre as primeiras de nossa historiografia econômica.<sup>2</sup>

Acredito que a historiografia econômica brasileira, desde então e até o final dos anos 70, esteve articulada em torno de dois problemas centrais: por um lado, o da industrialização como base para o desenvolvimento (partindo da transformação da economia colonial ou primário-exportadora); de outro, a da constituição do capitalismo no Brasil (cujo ponto de partida é o mesmo da outra vertente).

A obra de Simonsen, acima referida, pode ser considerada precursora da primeira destas correntes. Embora dedicada à reconstituição da história colonial, em poucas linhas do final do livro, Simonsen expõe aquela que talvez fosse sua questão central. A obra procura delinear os chamados ciclos da economia colonial (pau-brasil, açúcar, ouro,

---

<sup>1</sup> Também pode ser lembrada a obra pioneira de Liberato de Castro Carreira, *História Financeira e Orçamentária do Império do Brasil* (1889). É claro, o objeto, neste caso, é bem mais restrito.

<sup>2</sup> Uma análise minuciosa dos primeiros estudos sobre a História Econômica do Brasil e dos estudos sobre a historiografia econômica brasileira foi feita por Tamás Szmrecsányi em “Retomando a questão do início da historiografia econômica brasileira”. *Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas/ABPHE*, Caxambu (MG), 7 a 10 de setembro de 2003, CD-ROM.

pecuária, coleta etc) para defender a tese de que cada ciclo esgotava as potencialidades desse tipo de economia primária. Em suma, ao final do ciclo nada restava da riqueza gerada por décadas (ou séculos) de trabalho. Obviamente, somente outro tipo de atividade poderia reter a riqueza por ela gerada e esta atividade seria a indústria. O argumento de Simonsen é bastante simples: ao comparar o diferente nível de desenvolvimento brasileiro no começo do século XX com o dos Estados Unidos, Simonsen atribui à indústria essa diferença; e acrescenta que a industrialização americana teria decorrido de uma política protecionista deliberada levada adiante por aquele país após a independência, ao passo que no Brasil adotou-se uma política liberal, de certo modo imposta pelo Tratado de Comércio de 1810 com a Inglaterra, conclusão expressa neste trecho bastante conhecido:

Não era essa, infelizmente, a política comercial que conviria a um país como o nosso, que apenas iniciava a sua economia independente. Tínhamos que abraçar, àquele tempo, política semelhante à que a nação norte-americana seguiu no período de sua formação econômica. Produtores de artigos coloniais, diante de um mundo fechado por “polícias coloniais”, tornarmo-nos, no entanto, campeões de um liberalismo econômico na América. E os resultados de tal política estão registrados em nossa História Econômica. Parece-nos, porém, que até hoje ainda não soubemos aproveitar as lições desse passado. (SIMONSEN, 1969, p.406/6).

Portanto, em poucas linhas Simonsen transita do passado colonial ao presente ao indicar o protecionismo como política a ser implementada no século XX, juntamente com o planejamento governamental para o desenvolvimento (tese defendida por ele numa famosa polêmica com Eugênio Gudín, o mais expressivo economista liberal no Brasil do século XX).

Esta vertente da historiografia econômica do Brasil que privilegia a questão da industrialização e do desenvolvimento teve sua consolidação sob a influência da CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina: pensando o problema do desenvolvimento latino-americano, a CEPAL – principalmente pelos textos de seu secretário-geral Raul Prebisch – propunha uma política industrializante como base para o desenvolvimento latino-americano. Certamente, Simonsen seria um entusiasta das propostas da CEPAL se tivesse vivido para acompanhar seu pensamento. No caso brasileiro, a influência da CEPAL está presente num clássico da historiografia econômica – Formação Econômica do Brasil,

de Celso Furtado (de 1959). Cumpre notar que a obra de Furtado não é mera reprodução do esquema de análise da CEPAL particularizado para o Brasil pois não se restringe ao esquema centro-periferia. Sua ampla análise da economia colonial e de suas transformações no século XIX estabelece um quadro mais amplo, no qual se inserem algumas formulações típicas da CEPAL (como o impacto da Grande Depressão da década de 1930 sobre as economias periféricas).

Seu objetivo não é de “fazer história”: como revela no prefácio, não se trata de uma obra de historiador e sim uma interpretação do desenvolvimento da economia brasileira desde a época colonial. E a problemática que orienta o texto é a transformação de uma economia escravista numa economia de base industrial, porque a industrialização era vista como o instrumento fundamental para a promoção do desenvolvimento. No século XIX, Furtado observa uma mudança fundamental: a transição do trabalho escravo para o assalariado, levando à constituição de uma economia de mercado interno, condição para a industrialização de uma economia primário-exportadora (pois esta seria incapaz de concorrer, no mercado internacional, com a produção dos países pioneiros na industrialização). Porém, a criação do mercado interno não era suficiente para promover a industrialização, pois as oportunidades de investimento na produção exportável inibiam a transferência de capitais para a indústria manufatureira. Mesmo assim, uma incipiente industrialização se verificou durante a Primeira República. No entanto, durante a profunda crise da economia exportadora, iniciada com a quebra da bolsa de New York, em 1929, e aprofundada com a Grande Depressão dos anos 30, surgiu a oportunidade histórica para o início de um processo de industrialização: as restrições impostas às importações, como resultado da própria crise do mercado internacional, criavam uma proteção para a produção nacional de manufaturados. Por outro lado, a política do governo em relação ao setor cafeeiro reduziu o impacto da crise sobre a renda interna; desse modo, preservou-se em grande medida a demanda por produtos manufaturados. Nos termos de Celso Furtado, ocorreu o deslocamento do centro dinâmico da economia, antes situado na atividade exportadora (ou na demanda externa), para a produção voltada ao mercado interno, especialmente a manufatureira (ou na demanda do mercado interno) (FURTADO, 1968, Cap. XXXII).

De certo modo, para Furtado, a experiência brasileira dos anos 30 (e a latino-americana, para a CEPAL) sugeria a possibilidade de avanço do processo de industrialização por meio de políticas que reproduzisse ou mantivesse aquelas condições favoráveis. Daí as propostas de uma política industrial com algum protecionismo, de planejamento econômico, de financiamento governamental para investimentos industriais e de presença do Estado na infra-estrutura e em ramos estratégicos para a industrialização. A História Econômica constituiu um parâmetro fundamental para justificarem-se propostas de políticas de desenvolvimento que, efetivamente, tiveram ampla presença em vários países latino-americanos.<sup>3</sup>

Mais ainda: para Furtado (e para a CEPAL) a industrialização era o meio para se alcançar o desenvolvimento, não apenas pelo crescimento quantitativo do produto e/ou da renda per-capita, mas principalmente pela elevação do padrão de vida do conjunto da população. Admitia-se que o crescimento urbano-industrial absorveria o excedente populacional das áreas rurais, elevando a remuneração do trabalhador do campo ao nível do trabalhador urbano. A esperança talvez fosse de reproduzir na América Latina a experiência dos países europeus. Porém, nada disso ocorreu. Como veremos, a frustração das esperanças dos anos 50 levou a novas perspectivas para a história econômica do Brasil.

A preocupação com a industrialização – enquanto núcleo do desenvolvimento econômico – induziu inúmeros estudos sobre a história econômica da industrialização brasileira que estavam, em maior ou menor medida, referidos ao crescimento industrial dos anos 50 ou 60.

Paralelamente a essa vertente da historiografia – que se preocupava com industrialização e desenvolvimento – havia uma segunda cujo foco era o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Acredito que a matriz fundamental para essa discussão tenha sido uma concepção dominante entre as esquerdas no Brasil, sob a influência do Partido Comunista Brasileiro. Dado o objetivo de construir o socialismo, essa concepção admitia ser necessário previamente consolidar o capitalismo (já que não seria possível saltar etapas na seqüência evolutiva: comunidade primitiva – escravismo – feudalismo – capitalismo - socialismo). Sob tal perspectiva, afirmava-se que o Brasil ainda era uma sociedade feudal

---

<sup>3</sup> Esta leitura estritamente econômica da obra de Furtado está longe de esgotar a riqueza de seu pensamento. O processo de desenvolvimento é visto por ele não apenas em termos de industrialização e elevação da renda per-capita, mas em especial como um processo social em que um projeto de nação ocupa espaço essencial.

dado o predomínio do latifúndio no campo. O capitalismo emergia nas áreas urbanas, identificando-se no empresariado industrial uma burguesia nacional: esta seria o agente de uma revolução burguesa, contando com o apoio das classes populares e combatendo o latifúndio feudal e seu aliado, o imperialismo. Esta concepção quase doutrinária acabou por orientar algumas obras de nossa história (que entendemos caber dentro da história econômica). É freqüente identificar-se Nelson Werneck Sodré com essa interpretação, embora seja justo lembrar que sua obra é bem mais rica e complexa do que o esquema acima delineado.

Esta concepção de nossa história tinha implicações políticas – uma proposta de aliança entre a burguesia nacional e as classes populares – para a plena constituição do capitalismo – nacional – no Brasil. E ela foi contestada, primeiramente, no plano intelectual.

Parece razoável indicar Caio Prado Jr. como um dos que mais diretamente se defrontou com essa interpretação da história brasileira. Enquanto militante do Partido Comunista, não podia expor abertamente sua divergência. Porém, fica evidente ao leitor de seus livros publicados nos anos 30 e 40 - *Evolução Política do Brasil* (1933), *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942) e *História Econômica do Brasil* (1945), a distância que o separa daquela interpretação. Não se encontra ali nem o latifúndio feudal, nem uma burguesia industrial “revolucionária”. Mas foi no livro *A Revolução Brasileira*, de 1966, que Caio Prado explicitou toda a sua discordância com a postura oficial do Partido Comunista. Essa obra marca o rompimento político do autor com o Partido e expõe de modo contundente suas críticas. Sintomaticamente, Caio Prado afirma que “com a substituição definitiva e integral do trabalho escravo pelo livre, achou-se presente no Brasil o conjunto dos elementos estruturais componentes do capitalismo” (PRADO, 1977). Portanto, o senhor de escravo, por ter objetivo o lucro, já se aproximava do empresário capitalista e não de um latifundiário feudal. Com mais razão, o grande proprietário rural do século XX, embora mantenha relações de trabalho arcaicas (remanescentes do escravismo), não é visto como um senhor feudal, do mesmo modo que o trabalhador rural não se assemelharia a um camponês servil. Por outro lado, Caio Prado questionava o caráter revolucionário da burguesia brasileira, sintomaticamente chamada por ele de uma burguesia burocrática (dados seus vínculos com o Estado). Além disso, via laços fortes entre a

burguesia industrial e os grandes proprietários rurais, a limitar o ímpeto para a destruição do latifúndio no Brasil. Em certa medida, podemos dizer que, para Caio Prado Jr., a sociedade brasileira já era capitalista, embora “deformada” pela herança de seu passado colonial: uma economia voltada para o mercado externo (e que não atendia as necessidades de sua própria população) com a permanência de relações atrasadas no campo (como remanescente do passado escravista). A “revolução brasileira” envolveria, antes de mais nada, a eliminação destes restos coloniais, condição para uma posterior transição ao socialismo.

Se esse é o pano de fundo que orienta a produção dos livros de Caio Prado Jr., é inegável que sua análise da economia e da sociedade colonial adquiriu grande relevo no conjunto da historiografia brasileira: o sentido da colonização – uma economia voltada à produção para o comércio europeu - como determinante da estrutura e do desenvolvimento da economia colonial, tornou-se uma noção clássica nos estudos da economia colonial. Foi a partir das noções fundamentais de Caio Prado Jr. que Fernando Novais, em sua tese defendida em 1972, elaborou sua noção de sentido profundo da colonização. Numa perspectiva mais ampla do que a de Caio Prado, Fernando Novais situa o sistema colonial como uma peça fundamental da acumulação primitiva de capital (ou seja, do próprio processo de constituição do capitalismo ao nível mundial).

As duas vertentes historiográficas aqui identificadas tinham um ponto de partida semelhante: a economia voltada à exportação, seja na época colonial, seja na época independente. Se para uns interessava discutir as condições de passagem de uma economia primário-exportadora para a industrial, para outros, a questão central era entender o caráter particular do capitalismo que aqui se constituía. E em ambos os casos, a sua forma de ver a história econômica do Brasil se projetava no presente ao fornecer as bases intelectuais para a ação política: num caso, ao delinear a necessidade de uma política de desenvolvimento em que a industrialização constituía aspecto central; noutra, em que a superação das heranças perversas da economia e da sociedade colonial (ao bloquearem o atendimento das necessidades fundamentais da população brasileira) demandava um certo tipo de articulação política para a consecução da Revolução Brasileira.

Esta inserção da história econômica na discussão das urgentes questões atuais a tornava objeto de interesse que ultrapassava o âmbito estrito dos profissionais da disciplina, adquirindo relevância no debate das grandes questões nacionais.

Ao final dos anos 60, as duas questões que orientavam a historiografia econômica - a da industrialização e a do desenvolvimento do capitalismo - tenderam a ser tratadas conjuntamente. Um exemplo marcante é dado pelo livro *Desenvolvimento e dependência na América Latina*, de Enzo Faletto e Fernando Henrique Cardoso (de 1967), que agrega à interpretação cepalina da industrialização uma análise das condições sociais e políticas em que se estabeleceu o capitalismo nos diferentes países latino-americanos. Esse livro já é uma reação aos eventos dos anos 60 que haviam mostrado a impossibilidade de um desenvolvimento nacional independente, como a Cepal imaginava factível. Daí a noção de dependência definindo os limites a que o desenvolvimento latino-americano estava sujeito: não era apenas a impossibilidade de um desenvolvimento nacional autônomo, mas principalmente a incapacidade de a industrialização dependente corresponder às esperanças desenvolvimentistas de promover a homogeneização social. No prefácio à edição americana de *Desenvolvimento e Dependência na América Latina*, reproduzido em coletânea publicada em 1985 no Brasil, os autores concluíam:

Ao apontar a existência de um processo de expansão capitalista na periferia, fazemos uma dupla crítica. Criticamos os que esperam uma estagnação permanente nos países dependentes subdesenvolvidos, derivada de um constante declínio na taxa de lucro ou da “estreiteza dos mercados internos”, que supostamente funcionam como obstáculo intransponível para o avanço capitalista. Mas criticamos também aqueles que esperam um desenvolvimento capitalista das economias periféricas, para solucionar problemas tais como a distribuição de propriedades, pleno emprego, melhor distribuição de renda e melhores condições de vida para a população. [...] Seria irrealista (senão apologético) acreditar que a existência de um processo efetivo de desenvolvimento capitalista nas economias periféricas eliminaria problemas e conflitos sociais aí existentes. Desenvolvimento, neste contexto significa o progresso das forças produtivas, principalmente através da importação de tecnologia, acumulação de capital, penetração de empresas estrangeiras nas economias locais, números crescentes de grupos assalariados e intensificação da divisão do trabalho. É realista imaginar uma alteração na arena onde se desenrolam as lutas, ou o desdobramento de questões que suscitam tais conflitos. Não é realista imaginar que o desenvolvimento capitalista resolverá problemas básicos para a maioria da população. Ao fim, o que deve ser discutido como alternativa não é a

consolidação do Estado e a realização plena do “capitalismo autônomo” mas sim a sua superação. A questão relevante, então, é como construir caminhos para o socialismo. (FALETTO E CARDOSO, 1985, p.29/30).

Esta longa citação sintetiza, de certo modo, o que vimos procurando discutir até agora. Situando a industrialização como núcleo do desenvolvimento capitalista, tratam-se os dois problemas conjuntamente: a industrialização e o desenvolvimento capitalista são possíveis, porém não conduzem ao efetivo desenvolvimento social. Daí o apelo dos autores para uma alternativa socialista, alternativa presente em muitos estudos identificados com a noção de dependência.<sup>4</sup> Assim, uma análise com a perspectiva histórica, feita por dois sociólogos, apontava na direção do futuro, induzindo ampla reflexão e agudas polêmicas em torno das “teorias” da dependência.

Paralelamente a estas “grandes interpretações” do desenvolvimento brasileiro, elaboravam-se estudos de história econômica do Brasil com outro caráter. Trata-se da pesquisa desenvolvida nos meios universitários, com características bem diferenciadas daquelas até aqui citadas. Um dos espaços privilegiados dessa produção foi a Universidade de São Paulo. Na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, a vinda de professores estrangeiros foi um fator importante para iniciar, já nos anos 30 e 40 do século XX, um novo padrão de pesquisa histórica. Convém lembrar a presença, embora por um curto período, de Fernand Braudel, então jovem professor de História Geral no curso de História e Geografia daquela faculdade, entre 1935 e 1937. Assim, nos anos 40 e 50 começam a surgir teses de história econômica que já envolvem essa nova perspectiva de pesquisa: não mais as grandes interpretações e sim trabalhos de caráter mais específico, fundados em ampla pesquisa de fontes primárias, revelando novos aspectos de nossa história econômica. Os trabalhos de Alice P. Canabrava (sobre o comércio no Rio de Prata, açúcar nas Antilhas e algodão em São Paulo), Olga Pantaleão (sobre a presença inglesa no Brasil) e Mafalda Zemella (sobre o abastecimento das minas) são três exemplos que seriam multiplicados nos anos cinquenta e sessenta.

Estas pesquisas anunciavam um dos fatos mais importantes para o desenvolvimento de nossa historiografia: a constituição dos cursos de pós-graduação a partir dos anos 70.

---

<sup>4</sup> Cabe uma menção especial a outros estudos que, sem esposarem a perspectiva da dependência na forma então dominante, trataram da questão do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, como os de MELLO (1982), tese originalmente defendida em 1975, e de SILVA (1976), original de 1973, ambos com grande influência sobre pesquisas posteriormente desenvolvidas.

Por um lado, o volume de pesquisas ampliou-se substancialmente com a progressiva obrigatoriedade da realização de dissertações e teses para a carreira universitária. Mas além do crescimento quantitativo, houve significativos avanços em termos de métodos e técnicas de pesquisa e exploração de fontes primárias originais. E ao longo dos anos setenta, muitas das questões levantadas pela historiografia econômica acima indicada foram objeto de novas pesquisas, tendo como referência aquelas interpretações.

O tema “industrialização” foi um dos que mais interessou aos novos pesquisadores: principalmente sob a forma de dissertações e teses, inúmeros estudos regionais, locais, setoriais e mesmo de empresas ampliaram o conhecimento sobre a diversidade de experiências de industrialização no Brasil. Os temas clássicos – a passagem de uma economia primário-exportadora para uma industrial ou a indústria no desenvolvimento do capitalismo no Brasil – forneciam o quadro geral em que se inseriam essas pesquisas de caráter mais monográfico. O caráter polêmico do tema também levou à produção de estudos mais gerais: o livro de Wilson Suzigan, *Indústria Brasileira: Origem e Desenvolvimento*, publicado em 1984, fez um amplo balanço das polêmicas travadas e, ao mesmo tempo, agregava outras informações empíricas e propunha um novo esquema de interpretação.<sup>5</sup> Temas mais específicos, relacionados à industrialização, também foram objeto de pesquisas: a natureza do empresariado industrial (existe uma “burguesia nacional”?), a origem nacional e social dos empresários industriais, as condições de trabalho do operário industrial e seus instrumentos de mobilização (como os sindicatos).

De outro lado, a questão do capitalismo no Brasil também suscitava estudos sobre a propriedade fundiária e sobre a natureza das relações de trabalho no campo após a abolição do escravismo: são relações capitalistas, feudais ou pré-capitalistas (porém não feudais)? Em meio a esse debate, ganhou corpo a discussão do escravismo. O escravismo seria uma “instituição” num meio dominado pelo capitalismo ou seria ele a relação essencial na definição de um “modo de produção” escravista ou colonial? Ciro Cardoso e Jacob Gorender destacam-se entre aqueles que investiram nessa direção pela amplitude e pela profundidade teórica de seus trabalhos. Embora críticos a certos fundamentos

---

<sup>5</sup> Qualquer tentativa de relacionar os estudos mais gerais sobre a industrialização brasileira nos anos 60 e 70 corre o risco de omitir trabalhos importantes. Além dos já referidos, gostaríamos de lembrar alguns autores cujas obras geraram importantes polêmicas como José de Souza Martins, Warren Dean, Wilson Cano e Flávio e Maria Teresa Versiani, antecipando escusas por inúmeros outros aqui não indicados.

metodológicos das vertentes anteriormente referidas (em particular ao que Gorender chamou de “circulacionismo”), a perspectiva do escravismo como um “modo de produção” ainda situava a economia exportadora no centro da explicação do desenvolvimento de nossa história econômica.<sup>6</sup>

Desse modo, creio ser possível afirmar que dos anos 40 aos meados ou ao fim dos anos setenta a historiografia econômica brasileira teve como referência fundamental as grandes interpretações da história econômica do Brasil: estas, apesar de enfoques distintos, tinham seu foco nas transformações da economia agrário-exportadora (ou colonial) rumo à industrialização e preocupavam-se em esboçar formas de ação para alcançar seus objetivos.

Acredito que ao longo dos anos oitenta se processou significativa mudança na orientação geral das pesquisas (ou se consolidou uma tendência já manifesta na segunda metade dos anos setenta). Diversos fatores parecem ter contribuído para esse resultado. Embora de forma pouco articulada, procuro arrolá-los a seguir.

Na área de História, a crescente influência da Nova História – induzindo a pesquisa de novos objetos – reduziu o interesse pelos temas clássicos de história econômica. Alguns (talvez muitos) historiadores até então identificados com as correntes clássicas de nossa história econômica passaram à pesquisa de outros temas agora valorizados pela Nova História. Na área de Economia, os anos oitenta propuseram questões urgentes – como a inflação/hiperinflação, a dívida externa, os déficits públicos etc – questões que afastaram muitos economistas dos temas relacionados ao desenvolvimento, temas esses que, com frequência, os levavam à história econômica. A questão do desenvolvimento do capitalismo – que, para a esquerda, tinha especial interesse em conexão com o problema da transição para o socialismo – tornou-se menos atraente à medida que a crise levou as economias e sociedades soviéticas à desagregação (e ao declínio das economias socialistas em geral). Em suma, como as grandes questões que preocupavam os estudiosos de nossa história econômica foram ofuscadas por novos problemas, as pesquisas tenderam a buscar outros caminhos.

É claro, a história econômica não desapareceu; talvez seu espaço se tenha reduzido (embora, em termos absolutos, deva ter crescido o número de trabalhos) e, em especial, se

---

<sup>6</sup> Em grande parte dos trabalhos referidos nos dois últimos parágrafos, talvez não haja menção tão clara às suas implicações políticas, em parte por se tratarem de estudos de caráter mais monográfico, em parte pelo fato de a conjuntura política – os governos militares – não estimular proposições de caráter polêmico.

tenha abandonado a preocupação com as “grandes interpretações” que eram, afinal, o caminho para a proposição de ações políticas.

Nessa mudança de foco, algumas linhas de pesquisa se afirmaram desde os anos oitenta, implicando, quase sempre, algum tipo de crítica às interpretações clássicas de nossa história econômica. Correndo o risco de omissões e imprecisões, tentamos identificar aquelas que maior expressão adquiriram desde então.

Lembramos, de início, estudos que podem ser situados como de demografia histórica: explorando fontes primárias pouco conhecidas ou trabalhadas (como dados cartoriais, levantamentos populacionais etc), têm apresentado, em geral, resultados que contestam algumas teses clássicas, por exemplo, as de Caio Prado Júnior. Iraci Costa, ainda nos anos 70, procurou mostrar, com base em dados de Vila Rica, a existência de um grande número de proprietários de escravos; porém, cada um (ou a maioria deles) com pequeno número de escravos. Criticava, assim, a noção de “grande exploração” com que Caio Prado Júnior estabelecia a analogia da grande lavoura com a mineração. Muitos pesquisadores seguiram esta trilha, multiplicando os exemplos de pequenos plantéis escravistas. Outros trabalhos têm registrado a presença da “família escrava”, negando a generalidade da senzala como habitação coletiva dos escravos e, conseqüentemente, de vários aspectos sociais do escravismo até então aceitos de forma quase unânime. A presença quantitativa importante de proprietários de terras sem escravos também é observada em algumas localidades. Em suma, a intensa pesquisa realizada em fontes primárias vem revelando aspectos até então não realçados pela historiografia anterior.

Outra crítica apresentada ao modelo de economia colonial prevalecente até os anos 80 diz respeito ao absoluto predomínio do mercado externo na dinâmica da economia brasileira desde a época colonial até, pelo menos, o século XIX. Em oposição a essa tese, muitos procuram mostrar, ainda a partir da exploração de fontes primárias, a existência de um mercado interno relevante. Em particular, estudos sobre comércio e comerciantes, crédito e tráfico interno de escravos podem ser situados nessa vertente.

MOTTA e COSTA (1995), por exemplo, identificam em Caio Prado Júnior a presença de um “viés exportador” e de um “viés latifundista”: ou seja, Prado teria se concentrado na análise da “grande exploração” fundada na grande propriedade (latifúndio), monocultura e trabalho escravo, cuja produção se voltava para a exportação, e não teria

considerado a relevância do mercado interno e dos pequenos e médios produtores. Ao criticar o viés exportador de Prado, Costa afirma que aquele autor não deu o devido relevo às atividades não exportadoras pois

[...] as articulações presentes na sociedade brasileira sobrepujavam largamente um mero empreendimento dirigido pelo capital comercial e imediatamente voltado para o mercado mundial e dele totalmente dependente. Neste sentido tratava-se de uma economia com expressivos traços de integração endógena e que comportava uma gama diversificada de atividades produtivas votadas para o atendimento de suas próprias necessidades, dando-se também processos internos de acumulação. Disto decorria a geração, na órbita doméstica, de condições que permitiam um espaço econômico relativamente autônomo vis-à-vis a economia internacional e o capital comercial, espaço econômico este ao qual, ademais, deve-se atribuir expressivo contributo no que tange à formação da renda e do produto. ( COSTA, 1995, p.20 apud MOTTA e COSTA, 1995).

Ao “viés exportador” se agregava o viés latifundista, ou seja, o de entender que o essencial da economia colonial se passava na grande propriedade. Costa rejeita essa hipótese ao lembrar a presença de não proprietários de escravos (consequentemente, sem grandes propriedades):

“Faziam-se presentes em todas as culturas, mesmo nas de exportação, vinculavam-se às lidas criatórias, ao fabrico e/ou beneficiamento de bens de origem agrícola e compareciam com relevo nas atividades artesanais” (COSTA, 1992, p.111 apud MOTTA e COSTA, 1995).

Estas críticas à visão da economia e da sociedade colonial de Caio Prado vem sendo reproduzidas, de modo mais ou menos explícito, num amplo conjunto de trabalhos desde os anos oitenta do século XX.

À medida que a pesquisa empírica, cada vez mais ampla, fornecia dados para contestar as interpretações clássicas, houve também o estímulo para a reflexão mais geral, ou seja, para a proposição de novas interpretações que, incorporando os resultados da pesquisa empírica, pudessem apresentar uma alternativa às interpretações clássicas, objeto de crítica.

Um exemplo nessa direção é dado pelos artigos de Iraci Costa e Júlio Pires sobre o capital escravista mercantil: ao retomarem as formas do capital identificadas por Marx, os

autores propõe um novo conceito de capital que daria conta da realidade da economia colonial escravista. Não tenho conhecimento (o que pode ser uma falha da minha parte) da incorporação desse conceito em pesquisas posteriores cujo objeto fosse a economia escravista brasileira. Desse modo, é difícil avaliar o quão adequado o conceito teria se mostrado à compreensão de nossa história econômica.<sup>7</sup>

Maior repercussão tem tido os trabalhos de Manolo Florentino e João Fragoso, em especial a síntese de suas teses no livro *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, c.1790-c.1840*. A partir da crítica ao entendimento de que a economia colonial tinha o sentido fundamental de criar e transferir excedentes para a Europa, os autores procuram explicar as razões do surgimento de um forte setor mercantil na Colônia. Para tanto, apelam tanto para o objetivo metropolitano de manutenção da antiga ordem (limitando o fortalecimento do capital mercantil na Metrópole), quanto à estrutura produtiva colonial que, dispensando elevados investimentos, permitia a expropriação de seu excedente pelo capital mercantil local. Daí a hegemonia mercantil que, pela expropriação de excedentes, permitia a reprodução de uma sociedade diferenciada com reduzida possibilidade de ascensão social. Por outro lado, observam também que o capital mercantil tende a ser reconvertido em bens imóveis, seja em áreas rurais, seja em imóveis urbanos (no mais das vezes para gerar uma renda). Os autores vêem nesta reconversão uma intenção aristocratizante desse setor mercantil, associado à constituição de relações de poder. Daí concluírem que, no Brasil, não havia contradições entre a hegemonia do capital mercantil e o funcionamento de uma economia agrária escravista, num processo que reforçava o caráter excludente da sociedade. Embora a evidência empírica se refira ao Rio de Janeiro (entre 1790 e 1840), há uma possibilidade de se generalizar essa interpretação para o Brasil colonial, em conexão com algumas das linhas de pesquisa antes indicadas (como aquela que identifica comércio e comerciantes e também a que ressalta a existência de numerosos pequenos proprietários escravistas ou proprietários de terra sem escravos).

Como notamos anteriormente, com os cursos de pós-graduação instalados a partir da década de 1970, o volume da pesquisa em história econômica cresceu substancialmente. Apesar da redução do interesse relativo de economistas e historiadores pela história

---

<sup>7</sup> Para uma síntese dessas contribuições ver MOTTA e COSTA, 1995.

econômica, o número absoluto de pesquisas de história econômica do Brasil continua em expansão. Dissertações e teses, artigos em revistas, comunicações em congressos expressam esse crescimento. Em particular, a fundação da Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica em 1993, seus congressos realizados nesse ano e em 1996, 1999, 2001, 2003, 2005 e 2007, com mais de uma centena de trabalhos apresentados cada ano, demonstram o vigor da pesquisa em História Econômica. A revista História Econômica & História de Empresas, da ABPHE, tem abrigado inúmeros artigos da área.

Por acompanhar, na medida do possível, esse conjunto de pesquisas de história econômica (em particular, do Brasil) sou levado a duas conclusões: a primeiro, creio que seja consensual. Quanto à segunda, mais polêmica, reflete uma percepção muito pessoal.

De um lado, houve notável ampliação da pesquisa empírica: inúmeras fontes primárias vêm sendo reveladas e exploradas, acervos documentais passaram a ser organizados possibilitando revelar realidades até então desconhecidas e até mesmo ocultas pelas fontes predominantes (em especial as fontes oficiais). O uso de recursos técnicos (em especial da informática) e o domínio de técnicas de pesquisa mais avançadas têm gerado resultados importantes. Portanto, **é fundamental ressaltar o avanço que houve na historiografia econômica pelo notável desenvolvimento dos instrumentos de pesquisa.**

No entanto, entendo que a esse exponencial crescimento do conhecimento empírico não correspondeu um ganho significativo para a compreensão de nossa história econômica, entendida enquanto um processo amplo que pode ser objeto de interpretações que nos tragam até os problemas presentes da sociedade brasileira. De que modo a existência de inúmeros proprietários de poucos escravos ou não proprietários de escravos interfere na forma de expansão da agricultura brasileira? É possível identificar uma extensa camada de pequenos proprietários rurais que tenha um papel decisivo nos rumos da agricultura? E de que modo o mercado interno, já identificado na época colonial, se situa em relação ao processo de industrialização? É possível substituir o clássico debate entre teoria dos choques adversos e industrialização liderada pela industrialização por outro em que o mercado interno (antes de 1930) seja responsável pela industrialização? Em suma, é possível substituir as interpretações clássicas por outras que, partindo da economia colonial, nos permitam entender o Brasil hoje (e todas as suas mazelas)? Creio que não (ou pelo menos que AINDA não).

Mas esta não parece ser uma dificuldade apenas da história econômica. Penso que, de modo geral, as ciências sociais brasileiras estariam sofrendo algo semelhante. Marco Aurélio Nogueira (2001) nos ajuda a entender o que vem ocorrendo. Permito-me transcrever longamente o pensamento deste cientista político ao se referir às mudanças ocorridas na produção da ciência (em especial a social) no Brasil na segunda metade do século XX:

Em cinco ou seis décadas, a ciência se “democratizou” no Brasil. Não se disseminou de maneira equilibrada pelos diversos grupos sociais e regiões do país, muito ao contrário, mas certamente passou a envolver massas crescentes de pessoas, jovens sobretudo, acompanhando a marcha da expansão do ensino superior e a progressiva afirmação de uma cultura que valoriza a escolaridade e a formação continuada. Houve “democratização”, também, no sentido de que se passou a produzir ciência em um número muito maior de centros e instituições, distribuídas nacionalmente. Com isso, a produção científica cresceu de modo impressionante, e continua a crescer de modo mais impressionante a cada dia. Hoje, há muito mais informações soltas no ar e os conhecimentos são apropriados por muito mais gente. Dominamos mais dados, publicamos mais livros e artigos, organizamos mais encontros científicos, pesquisamos mais e mais sistematicamente, e nossa história, nosso passado e nossas especificidades como sociedade nacional estão muito mais transparentes. [...] Em suma, crescemos e avançamos categoricamente, seja em termos de produção de conhecimentos (pesquisa), seja em termos de reprodução e distribuição (escolas).[...] Acontece, porém, que apesar de tanto avanço e progresso intelectual, há um flagrante mal-estar nos circuitos da produção e difusão de idéias e conhecimentos. Vivemos com a sensação de que falta algo, de que tanta informação e tanta gente envolvida na ativação do pensamento não estão sendo suficientes para gerar mais conhecimento efetivo, quer dizer, mais sabedoria e maior capacidade de compor visões de conjunto, articulações superiores e conexões ricas de sentido, a partir das quais se descortinem cenários reveladores de nossa experiência coletiva. Ficamos mais modernos em termos teórico-metodológicos, dominamos recursos intelectuais bem mais sofisticados, temos uma formidável rede de instituições produtoras de conhecimentos, a produção científica cresceu de modo impressionante, mas vemos o país real escapar a todo momento dos esquemas conceituais que mobilizamos para explicá-lo. Estamos mais fortes para abordar a realidade, mas acabamos prisioneiros de um modo de pensar que dá mais valor aos enquadramentos (à metodologia, seria possível dizer) e aos detalhes que às perspectivas abrangentes, históricas e totalizantes. Pensamos mais e de modo sempre mais tecnicamente correto, mas empurramos as utopias (os valores, as ideologias, os programas de ação) para fora do campo do pensar. Ficamos além, ou aquém, das paixões. Em suma, sabemos mais a respeito de mais coisas, mas temos enormes dificuldades para alcançar

sínteses que expliquem de fato o Brasil e abram – justamente porque alcançam explicações efetivas – perspectivas mais consistentes de intervenção e construção do futuro. (NOGUEIRA, 2001, pp.57-59).

Eu não conseguiria expressar melhor do que Marco Aurélio Nogueira a forma pela qual vejo o atual estágio da nossa historiografia econômica: enorme volume de pesquisas, exploração de novas fontes primárias, métodos e técnicas de pesquisas sofisticados. E, no entanto, parece faltar uma questão relevante que inspire respostas igualmente relevantes. Estamos preocupados cada vez mais com minúcias, com pequenos detalhes, incapazes de situá-los numa perspectiva histórica ampla; e incapazes de mostrar o que nossa pesquisa tem a ver com o hoje e com o amanhã do Brasil.

Alguns dirão que estas pesquisas ainda exigem um tempo de maturação, pois os resultados obtidos ainda são recentes e sua síntese demanda maior reflexão dos pesquisadores. Porém, mesmo concedendo essa ressalva, parece faltar à pesquisa atual uma grande pergunta que a oriente.

Procurei mostrar que as duas correntes que constituem a melhor tradição de nossa historiografia econômica tinham questões prementes a resolver: de um lado, tratava-se de propor políticas de desenvolvimento que permitissem superar o estágio primário-exportador de nossa economia, caminhar rumo à industrialização e garantir a elevação do padrão de vida do conjunto da população. A frustração deste último – e fundamental – objetivo não invalidou a reflexão histórica, pelo contrário demandou novos esforços no sentido de identificar as razões do fracasso social das políticas industrializantes.

Do mesmo modo, muitos daqueles que se concentraram na discussão do desenvolvimento do capitalismo no Brasil viram suas teses superadas pela história; mais uma vez, isso não invalidou a reflexão realizada, pois o reconhecimento dos equívocos é um patamar necessário para a adequada compreensão da realidade. Certamente, a reconstrução da democracia no Brasil deve muito à reflexão política que teve como matriz esta vertente de nossa historiografia.

E qual seria hoje uma pergunta relevante para os nossos historiadores econômicos? Creio que questões não faltam e a história econômica teria muito a contribuir para várias delas. Por trás da maior parte das questões relevantes no Brasil de hoje há uma fundamental: por que o país não consegue, apesar de toda a sua modernização, superar a

pobreza de grande parte da população? A questão não é nova: afinal, esta era a frustração dos nossos economistas desenvolvimentistas nos anos 60 e 70: o país se industrializara e, no entanto, a pobreza continuava uma presença geral no Brasil. Os anos 80 e 90 não mudaram esse panorama (em que pese os resultados “favoráveis” de algumas pesquisas sobre as condições de vida da população): vinte anos de crescimento intermitente ou mesmo de estagnação parecem ter agravado as condições de vida da população. Mesmo a euforia da primeira década do século XXI (ou de alguns anos de crescimento mais acentuado), parece abalada pelo impacto, de início desprezado, de uma crise financeira internacional. Tudo indica que os velhos problemas apenas se atualizam com o passar da história.

Certamente outras perguntas relevantes podem ser propostas e a elas provavelmente a história poderá dar respostas.<sup>8</sup> Mas cabe aos pesquisadores da nossa história econômica a definição dos rumos da disciplina: a pesquisa é fundamental, porém deve ela ficar restrita ao ambiente estritamente acadêmico, propondo questões que, por vezes, são importadas de realidades sociais absolutamente distintas? Ou cabe retomar a tradição de nossa história econômica e articular a pesquisa histórica com a reflexão sobre os urgentes problemas que afligem a sociedade brasileira atual?

Esta a questão que procuramos propor nesta exposição. Minha resposta, evidentemente, é que a história econômica tem uma significativa contribuição a dar para a compreensão da realidade brasileira atual e para a definição de formas de ação política que procurem apontar alternativas aos impasses atuais de nosso desenvolvimento.

---

<sup>8</sup> Numa ótica distinta, mas com claros paralelos à aqui esboçada, Luiz Carlos Bresser Pereira afirmava em 2004: “Nos anos 50 e 60, Celso Furtado e Hélio Jaguaribe explicaram o desenvolvimento como um processo de revolução nacional que se expressava na transferência dos centros de decisão para dentro do país. Ao fazerem tal afirmação, baseavam-se na experiência de todos os países que haviam realizado sua revolução capitalista e nacional. Nos anos 80 e 90, porém, a revolução nacional brasileira paralisou-se; e o Brasil ficou sem o conceito de nação.[...] Uma estratégia de desenvolvimento bem-sucedida depende essencialmente da existência do conceito de nação – um conceito que foi perdido, mas pode ser resgatado” (PEREIRA, 2004).

## Referências

ABPHE. *III Congresso Brasileiro de História Econômica. IV Conferência Internacional de História de Empresas*. Curitiba: ABPHE/UFPR, 1999 (CD-ROM)

\_\_\_\_\_. *IV Congresso Brasileiro de História Econômica. 5ª Conferência Internacional de História de Empresas*. São Paulo: ABPHE, 2001. (CD-ROM)

\_\_\_\_\_. *V Congresso Brasileiro de História Econômica. 6ª Conferência Internacional de História de Empresas*. Caxambu: ABPHE, 2003. (CD-ROM)

AZEVEDO, João Lúcio. *Épocas de Portugal Económico*. 4ª ed. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1978.

BRIGGS, Asa. “História Econômica”. In: FGV. Instituto de Documentação. *Dicionário de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1986.

BRITTO, Lemos. *Pontos de Partida para a História Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Typographia do Brasil, 1923.

CARDOSO, F.H. e FALETTO. “Repensando *Dependência e desenvolvimento na América Latina*”. In: SORJ, B., CARDOSO, F.H. e FONT, M. *Economia e Movimentos Sociais na América Latina*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

CARREIRA, Liberato de Castro. *História Financeira e Orçamentária do Império do Brasil desde a sua fundação*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.

COSTA, I. N da. *Arraia-miúda: estudo sobre os não proprietários de escravos no Brasil*. São Paulo: MGSP, 1992.

\_\_\_\_\_. *Repensando o modelo interpretativo de Caio Prado Júnior*. São Paulo: NEHD-FEA/USP, 1995.

FRAGOSO, J. e FLORENTINO, M. *O Arcaísmo como projeto*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 8<sup>a</sup> ed., São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1968.

GORENDER, Jacob. *O Escravismo Colonial*. São Paulo: Editora Ática, 1978.

IGLÉSIAS, Francisco. *Introdução à Historiografia Econômica*. Belo Horizonte: Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Minas Gerais, 1959.

MELLO, João Manuel Cardoso de. *O Capitalismo Tardio*. 4<sup>a</sup> ed., São Paulo: Brasiliense, 1986.

MORAZÉ, Charles. *Introdução à História Econômica*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.

MOTTA, J.F. e COSTA, I. del N. “A formação econômica e social do Brasil sob nova ótica”, *Informações FIEPE*, n° 183, dezembro de 1995.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. “Como pensar o Brasil?” In: *Lua Nova*, n° 54, 2001.

NORMANO, J.F. *Evolução Econômica do Brasil*. 2<sup>a</sup> ed., São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1975.

NORTH, Douglass. “Economic History”. In: SILLS, D.L. (ed.). *International Encyclopedia of the Social Sciences*. London: The MacMillan Co & The Free Press, 1968.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. “Sem projeto de nação”. Folha de São Paulo, 23/5/2004, p. A 3.

PRADO, Caio (Jr.). *Formação do Brasil Contemporâneo*. 9ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1969.

\_\_\_\_\_. *A Revolução Brasileira*. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1977.

SILVA, Sergio. *Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

SIMONSEN, Roberto. *História Econômica do Brasil (1500/1820)*. 6ª ed., São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1969.

SUZIGAN, Wilson. *Indústria Brasileira: Origem e desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

SZMRECSÁNYI, Tamás (org.). *História Econômica do Período Colonial*. 2ª ed. São Paulo: ABPHE/HUCITEC/EDUSP/Imprensa Oficial SP, 2002.

\_\_\_\_\_. “Retomando a questão do início da historiografia econômica no Brasil”. In: ABPHE. *V Congresso Brasileiro de História Econômica/6ª Conferência Internacional de História de Empresas*. Caxambu: ABPHE, 2003 (CD-ROM).

VIANA, Victor. *História da Formação Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1922.